

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Águeda, Dr. Jorge Almeida. Obrigado pela disponibilidade e entusiasmo com que aceitou ser nosso parceiro na organização da Assembleia-Geral Eleitoral da Federação Minha Terra e da mesa redonda que se seguiu aqui em Águeda. Fomos muito bem recebidos.

Exmo. Senhor Director Regional de Agricultura e Pescas do Centro, Eng. Fernando Martins, obrigado por se ter associado a nós neste momento, representando aqui o nosso parceiro institucional mais antigo, o Ministério da Agricultura.

Exmo. Senhor Vogal executivo do CENTRO 2020, Dr. Jorge Brandão, obrigado por ter aceitado reflectir connosco na mesa redonda que antecedeu esta tomada de posse.

Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores representantes das Associações de Desenvolvimento Local,
Caros colegas,
Convidados,

Quero começar por agradecer a todas e a todos a vossa presença, aqui, hoje.

Quando há pouco mais de 20 anos, a 5 de Dezembro de 1999, alguns dos que estão nesta sala se reuniram em Lagos, na Assembleia-Geral constituinte da Federação Minha Terra, seria difícil imaginar que estaríamos aqui hoje.

O caminho que percorremos deste então, como movimento organizado em torno da Federação Minha Terra, como Associações de Desenvolvimento Local e, em particular como entidades gestoras das parcerias territoriais que são os Grupos de Acção Local, é gigante. Não foi (e não é!) fácil, nem isento de percalços e constrangimentos, mas a confiança que temos no trabalho que realizamos todos os dias e os resultados visíveis nos nossos territórios, fazem-nos acreditar que vale a pena abraçar este desafio do desenvolvimento local, assente num conjunto de princípios, que ainda hoje são conhecidos como os princípios LEADER e que, na nossa opinião se mantêm perfeitamente actuais: a territorialização, a participação, a parceria, a multisectorialidade, a gestão descentralizada e em proximidade, a inovação, a cooperação e o trabalho em rede.

Se o LEADER é uma marca que nos une e nos identifica como movimento, a nossa intervenção enquanto Associações de Desenvolvimento Local vai muito além da gestão de um único instrumento de política pública.

A rede de Associações de Desenvolvimento Local associadas na Federação Minha Terra, cobre mais de 93% do território nacional - a totalidade das áreas rurais - e dinamiza um trabalho em parceria com autarquias, empresas e organizações da sociedade civil em diversos domínios - económico, social, cultural e ambiental - nos respectivos territórios de intervenção.

O nosso trabalho na Federação Minha Terra tem estado centrado na dinamização do trabalho em rede, na representação institucional e em estruturas consultivas – como o Conselho Económico e

Social, os conselhos regionais e as comissões de acompanhamento de diferentes programas - , na capacitação, na formação e apoio técnico, mas também na interlocução com os governos, os órgãos de soberania e as administrações para a definição e monitorização de políticas públicas cada vez mais adequadas às necessidades e expectativas de cada território e comunidade.

E, é exactamente neste aspecto que gostaria de focar esta curta intervenção – a definição de instrumentos de política pública ajustados às necessidades e expectativas dos territórios e implementados num registo de co-responsabilização com os representantes das comunidades locais.

A Federação Minha Terra tem acompanhado a evolução das negociações para a definição do Portugal 2030 com diferentes interlocutores e em particular a reforma da Política Agrícola Comum, nomeadamente no âmbito do Conselho de Acompanhamento da Revisão da PAC, como representante dos Grupos de Acção Local (GAL) portugueses, mas também a nível europeu, no âmbito da presidência da ELARD, a Associação Europeia LEADER para o Desenvolvimento Rural, cuja presidência exercemos, através da Maria João Botelho, em 2018 e 2019.

Com base na experiência de terreno do que tem sido a intervenção das Associações de Desenvolvimento Local, em especial com a gestão das várias gerações de programa LEADER e agora do instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária, com carácter multifundo, em meados do ano passado, a Federação Minha Terra desencadeou um processo de reflexão com os associados que culminou com a elaboração de uma proposta – o Pacto Desenvolvimento Local 2030 – que foi apresentado em Julho em Campo Maior e subscrito por 1500 entidades dos mais diversos domínios e sectores.

Não vou agora percorrer todos os constrangimentos e propostas elencadas neste documento, pois teremos oportunidade, nos trabalhos que pretendemos desenvolver com as diferentes tutelas, de forma o mais articulada possível, de voltar a analisá-las e for necessário a reformulá-las e rerepresentá-las, mas não quero deixar de referir alguns aspectos que nos parecem centrais.

Deve ser retomado no futuro instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária, como fio condutor, o principal objectivo do LEADER – o empoderamento das comunidades locais, que de uma forma mais actualizada se poderia traduzir numa abordagem descentralizada e colaborativa.

Reiteramos a importância de um DLBC plurifundo, face à escassez e rateio dos diferentes Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, mas apelamos à simplificação da implementação do DLBC, nomeadamente através de uma arquitectura com uma única fonte de financiamento a partir dos vários Fundos, implementada sob a coordenação de uma única entidade (ou Autoridade de Gestão), com um único programa e obedecendo a um único conjunto de regras.

Os GAL estão a implementar há mais de um quarto de século estratégias que se têm mostrado capazes de dinamizar os territórios, diversificar as actividades, criar empresas e postos de trabalho. Consideramos que o esforço dos GAL para o desenvolvimento local dos territórios deve ser reconhecido e que, por conseguinte, apelamos a que a administração tenha maior confiança no trabalho dos GAL, delegando nos mesmos mais funções e aproximando a implementação das políticas das comunidades e dos cidadãos a que dizem respeito.

Propomos que haja maior autonomia e liberdade para desenhar no âmbito das respectivas estratégias e operacionalizar as dimensões e soluções inovadoras, a que muitas vezes está associado um maior risco, que não pode ser penalizado por sanções sobre os promotores de projectos e empreendedores.

Queremos que a regulamentação seja única e clara, mas ao mesmo tempo flexível para se adequar às especificidades dos territórios e das estratégias e que as funções das diferentes entidades intervenientes nos processos estejam bem definidas, sem redundâncias e sobreposições, nem multiplicação de procedimentos com pouco valor acrescentado.

Estamos profundamente convencidos que o DLBC e os GAL são instrumentos e veículos adequados para localizar, implementar, monitorizar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e na promoção da democracia participativa.

Chamamos a atenção para a necessidade de uma transição suave entre períodos de programação, aproveitando as oportunidades criadas pela Comissão Europeia, como por exemplo no regulamento de transição do FEADER, de modo a não comprometer processos de desenvolvimento em curso e as próprias entidade que suportam as parcerias dos GAL. Por isso convidamos os nossos associados, com as parcerias locais que dinamizam, que revisitem as estratégias que foram preparadas no início do actual período de programação e que estão agora a ser implementadas, no sentido de as ajustarem ao horizonte de 2030, queimando etapas e evitando os atrasos que se verificaram no início do actual período de programação.

Por todo o país temos assistido e participado em momentos comemorativos que celebram aniversários redondos de Associações de Desenvolvimento Local, mas que principalmente celebram a sua intervenção e a vitalidade das parcerias que dinamizam e das equipas que as animam.

Às entidades que fazem parte das parcerias das ADL e dos Grupos de Acção Local e às pessoas – colegas de trabalho - que fazem parte das suas equipas, quero deixar o meu profundo agradecimento, pois com o seu empenho, resiliência e perseverança, têm um papel central no sucesso e na durabilidade deste movimento. Continuamos a contar convosco no mandato os Órgãos Sociais eleitos agora iniciam.

As minhas últimas palavras vão para as pessoas que me antecederam neste cargo: Maria João Botelho, João Carlos Pinho e Regina Lopes. Obrigado e até já – contamos convosco, com os vossos conhecimentos e a vossa experiência.

Podem contar com a equipa agora eleita para os Órgãos Sociais da Federação Minha Terra para vos representar e defender o melhor que soubermos e conseguirmos e para cumprir o objecto da nossa organização: promover o desenvolvimento local de base territorial e representar e defender os interesses das Associações de Desenvolvimento Local.

Bem-haja e mãos à obra!